

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 93.^a Sessão Ordinária
Realizada em 24 de Junho de 1971 — (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs: deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belirati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Maurício Fruet, Mugiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, João Fadel e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes, os srs. deputados: David Federmann, Igo Losso, João Mansur, Marciano Baraniuk (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto 39-70.

— De autoria do sr. deputado Antônio Costa, solicitando a artexação do Projeto de Lei n. 71-71, ao de n.º 165-70.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve requer, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão Miguel Gadeus, residente em Irati e que do fato se dê conhecimento à família Gadeus, em Engenheiro Gutierrez — Irati.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971.

(a) Antônio Lopes Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhe-se ofício ao exmo. sr. Secretário de Obras Públicas, no sentido de que seja dado prosseguimento às obras do Quartel da Polícia, no município de União da Vitória, as quais se encontram paralisadas há mais de um ano, e que se fazem necessárias e urgentes para o citado município.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1.971.

(a) Domício Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de telex ao Conselho de Segurança Nacional, órgão vinculado à Presidência da República, em Brasília, solicitando sua interferência na grave crise que assola o Oeste paranaense por questões de terras.

Esta solicitação é motivada pelas pendências judiciais sobre a posse de terras em Santa Helena e Matelândia, que estão degenerando em graves conflitos armados, que já ocasionaram várias vítimas e com riscos de ampliação para outras áreas.

Região das mais ricas do Estado — "última fronteira do café do Paraná" — o Oeste paranaense necessita de tranquilidade para o seu desenvolvimento econômico.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1.971.

(a) Nivaldo Krüger.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Os Deputados que este subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requerem, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão de senhores Deputados para representar esta Casa na 11a. reunião da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro a realizar-se nos dias 26 e 27 deste, em Jaboti.

Aos justificarmos a medida proposta, o fazemos com o intuito de que a Assembléia Legislativa tenha participação efetiva num conclave como este de tão grande importância para a política municipalista do nosso Estado, como esta reunião que contará com a presença de mais de trinta senhores Prefeitos da região Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1.971.

(aa) Gabriel Manoel. — Agninaldo Pereira Lima.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 116-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica estadualizado o Ginásio Cinecista de Santa Tereza, com sede no distrito de Santa Tereza, município de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1.971.

(a) Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA: — Tendo em vista a circunstância de que localizado que é o referido ginásio, no distrito de Sta. Tereza, município de Cascavel, localidade com poucos recursos financeiros, acarreta aos alunos que o freqüentam despesas que em muitas vezes não podem suportar, e ainda, por esta razão,

muitos jovens, em idade escolar, deixam de matricular-se abandonando os estudos.

No entanto se houver a estadualização daquele estabelecimento de ensino, viria ocorrer o benefício da gratuidade, e, em consequência, o número de alunos aumentaria, com novas oportunidades à mocidade daquela localidade.

Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos ilustres Pares esperando se lhe dê o indispensável apoio e, no final, a necessária aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 117-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — As divisas dos municípios de Tapira, Nova Olímpia, Cruzeiro do Oeste e Maria Helena passam a ser as seguintes:

— Começa no Rio Tapiracuí, na foz do Córrego dos Saltos, sobe por este até sua nascente, de onde segue pela divisa entre os lotes 19-22, na Gleba 11, no Núcleo Cruzeiro, daí em reta, alcança a nascente da Água Rasa, pelo qual desce até sua foz no Rio das Antas e por este acima até alcançar o Arrôio Guirape de onde sobe até sua nascente, daí por uma linha seca alcança a nascente de seu contra-vertente denominado Córrego "37/", pelo qual desce até sua foz no Rio Capricórnio e por este abaixo até sua foz no Rio Tapiracuí, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego dos Saltos, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971.

(a) Ovídio Franzoni.

JUSTIFICAÇÃO: — As atuais divisas dos referidos municípios contrariam as indicações naturais, resultando em prejuízos irremediáveis para as populações ali radicadas.

Exemplo flagrante é o dos limites dos Municípios de Tapira e Nova Olímpia. Basta uma rápida vista no Mapa do Estado para se verificar a arbitrariedade das divisas. Moradores há poucos quilômetros da sede de Tapira têm de viajar grande extensão para atingir a sede do município a que pertence.

A divisa proposta estabelece os limites racionais, sem prejuízo a quem quer que seja, pelo contrário, com mais benefícios aos quatro municípios abrangidos pela alteração e suas respectivas populações.

PROJETO DE LEI N.º 118-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1971.

(a) Wilson Brandão.

JUSTIFICATIVA: — Maringá Velho é o bairro pioneiro do município de Maringá, pois ali brotaram as primeiras casas da sede municipal e se fixaram as primeiras famílias. Tornar-se-iam elas, em curto lapso de tempo, instrumentos valiosos de trabalho construtor, vanguardas nas conquistas progressistas da Cidade Canção. Justo, portanto, que como medida de justiça o populoso bairro venha a contar com um Ginásio Estadual, destarte tornando ali presente o Ensino a ser distribuído e considerável número de crianças em idade para enfrentá-lo. Ademais, é de considerar-se que as crianças

de Maringá Velho, se vêm obrigadas a uma deslocação difícil e onerosa, de vez que têm de recorrer a Ginásios em bairros muito distantes. A par do custo de passagens de ônibus, o fato provoca problemas de segurança para a juventude estudantil de Maringá Velho.

Há que se adiantar, também, que os Ginásios com atividades em área central da cidade de Maringá estão com excesso de alunos, assim criando sérios problemas de matrículas. Área de terreno para construção já está como demonstração de interesse em torno desta reivindicação, não só de parte do Poder Municipal como de seus habitantes, em número superior a dois mil.

As razões expostas, confia o signatário, merecerão atenção e prestígio bastantes para acolhida do pretendido.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Alvaro Dias, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Compareço a esta tribuna, na tarde de hoje, para exercer o legítimo papel de homem de oposição bem intencionado.

No dia 27 de abril, apresentamos, nesta Casa Legislativa, um requerimento solicitando um pedido de informações ao Instituto de Previdência do Estado.

Infelizmente, a maioria desta Casa impediu que tivéssemos a oportunidade de exercer a fiscalização, obrigação nossa. Solicitávamos um pedido de informações em virtude de denúncia que nos chegava de que funcionários privilegiados do IPE estivessem com vantagens, com diárias, estivessem, portanto, recebendo polpudas importâncias no final de cada mês.

Hoje, aqui comparecemos para interpretar o anseio do funcionalismo público de nosso Estado, desassistido e, até certo ponto, revoltado.

Começaria por citar o caso acontecido com funcionário deste Poder. Um funcionário deste Poder, srs. Deputados, desejava atender a sua mãe, vítima de um espasmo cerebral. Procurou o IPE para receber a assistência médica necessária. Como o caso entendia internamente, providenciou-se a guia de internamento. Chegando no hospital, no entanto, e apresentando a guia de internamento, foi quase violentamente coagido a pagar, a título de depósito, a importância de 800 mil cruzeiros, numa demonstração evidente de quem, infelizmente, nem mesmo os hospitais confiam no IPE.

O IPE já conseguiu angariar para si uma desconfiança, lamentavelmente, até dos hospitais de nosso Estado. Não condenamos, aqui, a atitude dos hospitais, condenamos, isto sim, a atitude do IPE que arrecada do funcionalismo público 6% sobre seus vencimentos. E esse funcionário quando necessita do atendimento médico não o encontra. E há aqueles que dizem mesmo, que se dependesse do IPE, o funcionário público estaria sujeito a morrer por deficiência de internamento médico.

A guia de internamento do IPE perdeu seu valor, está desacreditada, é o descrédito total, lamentavelmente.

Temos aí edifícios nababescos, funcionários privilegiados do IPE e segundo informações que recebemos todos aqueles que mereceriam atendimento pela importância descontada mensalmente, se vêm impossibilitados de atender seus familiares, se vêm na iminência de uma humilhação constante, quando procuram atendimento médico. E o sr. Governador do Estado, há 4 meses numia reunião com membros da Associação dos Funcionários Públicos, prometia alterar essa situação e até agora parece que não conseguiu seu intento. Quatro meses já decorreram e nada se modificou. Continua o mesmo marasmo, o mesmo desatendimento, o mesmo desserviço.

O IPE é um órgão, na opinião geral dos servidores, que não atende suas

finalidades, que não presta serviço, que é um sorvedouro de recursos e é um cabide de empregos para os apaniguados do Governo.

Inclusive, srs. Deputados, os servidores públicos já estão se preocupando com a assistência médica e procurando outros meios para essa assistência. É o que verificamos no jornal interno dos funcionários da Assembléia Legislativa, que faz referência a esse assunto e diz que a CABENFALE está promovendo gestões para assinar convênios com entidades particulares.

A que ponto chegamos em nosso Estado! Funcionários públicos procurando convênios com entidades particulares para assistência médica a seus familiares. Seria melhor em tal situação, que o sr. Governador do Estado extinguisse o IPE, que se presta apenas para ser cabide de emprego de privilegiados, que se presta apenas a servir de sorvedouro de recursos de nosso Estado, mas que não atende realmente.

Há pouco tempo, no dia 27 de abril, fiz um pedido de informações nesta Casa dirigido ao IPE, sobre vantagens aos funcionários que exercem cargo de diretoria, hoje faço uma outra pergunta: O que faz o IPE no Paraná, para que fim é a existência do IPE em nosso Estado? Que atendimento presta ele ao funcionário público?

Fazemos um apêlo, de nossa tribuna, a S. Exa. o sr. Governador do Estado, para que tome providências, de imediato, porque seria melhor fechar as portas do Instituto, porque realmente ele não atende a ninguém.

(Sem reação do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito, sr. deputado Mauricio Fruet.

Não se encontrando presente o sr. Mauricio Fruet, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, terceiro orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estou ocupando a tribuna, hoje, apenas não para contestar as palavras do nobre deputado Hélio Manfrinato, proferidas na tarde de ontem, nem para defender o Instituto de Identificação. Não é uma contestação, porque o que S. Exa. disse ontem, eu também disse no dia em que solicitei providências da Liderança do Governo e da Presidência da Casa, em favor de um membro deste Poder que havia sido desrespeitado pelo Diretor daquele Instituto de Identificação, delegado Eudes Brandão.

Disse naquela oportunidade que não se poderia esperar milagres de um Governo que havia assumido apenas há noventa dias. Que o mal do Instituto vem de muitos Governos, que não tiveram o cuidado de aparelhar devidamente aquele Instituto pela importância que ele desempenha na vida do povo paranaense, e que o delegado Eudes Brandão não era obrigado a fazer milagres, mas que tinha que ter bom senso e princípios de educação para atender ao público, para atender bem às pessoas que o procuram principalmente quando eram recomendadas por um representante do povo, Deputados e Vereadores, que são, em última instância, o repositório das queixas e das vicissitudes do povo.

O que disse naquele dia não foi com relação à organização do Instituto de Identificação, apenas com relação à atitude do delegado Eudes Brandão que continuo condenando e que continuo fazendo apêlo à Presidência desta Casa, que não deu satisfação à reclamação de um membro deste Poder, que foi desfeiteado e humilhado por um Delegado de Polícia.

Quero reiterar à Liderança do Governo e ao sr. Presidente da Casa as satisfações que merece um membro deste Poder quando encaminhando uma parte, quando encaminhando o povo, quando encaminhando um eleitor, quando encaminhando um cidadão à consideração de uma autoridade não é por este devidamente considerado.

Portanto, minhas palavras não são de contestação ao deputado Hélio Manfrinato. O que disse S. Exa. é uma realidade. O Instituto está mal

aparelhado, esteja lá o diretor Eudes Brandão ou Pedro da Silva, a "esculhambação" continuará enquanto o Governo não resolver aparelhar aquele Instituto, de tanta importância para a vida do Paraná, devidamente.

Também, desejo, de leve, contestar o nobre deputado Leopoldo Jacomel que ontem pronunciou, nesta Casa, brilhante discurso em favor do ensino. Não vou entrar no mérito principalmente da polêmica levantada nesta Casa, por dois Deputados, Cândido Martins de Oliveira e Leopoldo Jacomel. Mas, num determinado tópico de seu discurso disse o nobre deputado Leopoldo Jacomel, que o povo paranaense devia cerrar fileiras em torno do governador Haroldo Leon Peres que estava apelando, que estava trabalhando com dedicação para "recuperar" o Estado do Paraná.

E contra isto que me insurjo. O Estado não precisa ser recuperado, porque é um Estado pujante e pujante economicamente pelo trabalho dedicado de seus filhos, pela riqueza exuberante de seu solo.

O governador Haroldo Leon Peres pode ter encontrado o Estado com algumas dificuldades financeiras, mas isto é comum, principalmente, em final de governo; quando o Governo que está saindo deixa de receber a colaboração indispensável de seus principais colaboradores; quando o Governo que está saindo deixa de receber até subvenções que tem direito no plano federal, deixa de receber participações que o Estado tinha a receber na renda federal; quando ao Governo que está saindo, acontece que uma autarquia compra obrigações do Tesouro, obrigações reajustáveis para vencimento dois dias após a posse do novo Governo; quando um chefe de Coletoria fingiu-se de louco e internou-se numa Casa de Saúde a fim de não entregar o fruto da arrecadação de quinze dias causando com isto transtornos administrativos e financeiros ao Governo que estava saindo.

Reconhecemos que Haroldo Leon Peres não encontrou o Estado num mar de rosas, não encontrou o Estado com os cofres abarrotados, encontrou dificuldades apagar, mas encontrou obras de infra estrutura que possibilitarão a melhoria de sua arrecadação e encontrou este mesmo povo paranaense com a mesma disposição de trabalhar com afinco, com dedicação e com seriedade para a grandeza da nossa terra. O apelo do sr. governador Haroldo Leon Peres, encontrará eco no seio do povo, porque ele sempre foi afeito ao trabalho; mas se diga de passagem, a situação do Estado não era calamitosa, tanto não era, que em menos de sessenta dias, o Governo colocou a Casa em ordem. Talvez nem se recupere, um Estado que estava financeiramente falido, em menos de sessenta dias. Era a consideração que eu queria fazer da tribuna, pela admiração e respeito que tenho pelo nobre deputado Leopoldo Jacomel. E para finalizar, quero novamente, da tribuna, dirigir um apelo ao engenheiro Plínio Franco Ferreira da Costa, porque os telefones de um determinado setor da cidade, ainda continuam mudos. O telefone de número 23-2223, há trinta e nove dias que está "mudinho da silva", e o proprietário daquele telefone continua pagando religiosamente a sua taxa. É mais um apelo que faço ao sr. Presidente da TELEPAR, de quem não duvido da sua capacidade de trabalho, para que S. Exa. tome as providências cabíveis, a fim de que a população curitibana que paga um serviço de utilidade pública não sofra as soluções de continuidade deste serviço tão importante para a vida da nossa cidade. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Maurício Fruet, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Têm-se comentado por esta Casa, que em função da determinação constitucional, a Assembléia Legislativa do Paraná, poderia entrar em recesso no mês de julho do ano corrente. E é neste instante, na tarde de hoje, da tribuna, que quero manifestar a nossa opinião totalmente desfavorável a tal

recesso, porque, na realidade, é do conhecimento da Casa, que uma série de importantes mensagens serão enviadas a esta Casa pelo sr. Governador, e ao mesmo tempo, o que é mais importante, o Congresso Nacional deverá entrar em recesso em julho porém, os srs. Deputados que o compõem, entendendo da necessidade de ser prestigiado o Poder Legislativo no território nacional, foi contra a medida, e tal recesso não mais será realizado. Isto pôsto, já que nós deixaremos ao Congresso Nacional, tecer alusões desta natureza, queremos, neste instante, congratularmo-nos com o pronunciamento realizado ontem naquela Casa de Leis pelo nobre deputado José Alencar Furtado, analisando e considerando uma extorsão e um desestímulo a aquisição da casa própria à correção monetária aplicada pelo BNH, ao analisar ontem na Câmara, em nome da bancada do MDB, a política habitacional do Governo que classificou de desumana, pois na sua opinião, o BNH abominou o conteúdo social da sua Constituição para impregnar-se da mentalidade do mero excessivo. Revelou-se que em 1.970, o BNH despejou mais de dezessais mil mutuários, assinalando que a sistemática da correção monetária, agravava sua ação inflacionista, excedendo dos limites de uma inflação corretiva. Citou como exemplo um empréstimo hipotecário de 47 mil cruzeiros, concedido pelo Banco em 68, com prazo de 10 anos.

Em 1.º de julho de 1.970, com as correções sofridas o mutuário recolheria Cr\$ 25.376,30, a título de amortização da dívida. Mesmo assim nesta data, o saldo devedor era de Cr\$ 64.372,20, sem computar juros, taxas e seguros."

Como se vê é uma verdadeira "CORREÇÃO SOBRE CORREÇÃO". E não deixa de ser uma desumanidade. Todos os srs. Deputados que estão nesta Casa, conhecem em seus municípios os problemas com que lutam aqueles adquirentes de casa própria, por intermédio do Banco Nacional de Habitação, que lutam com seríssimas dificuldades para o pagamento de suas mensalidades. E quando vão saber a quanto está a sua dívida, same surpresos porque, na realidade, sempre esta dívida é bem superior àquela inicial, apesar das prestações devidamente pagas pelos mutuários.

Portanto, foi o objetivo, o pronunciamento do deputado Alencar Furtado no Congresso Nacional, a respeito do assunto. E hoje a ele ns referimos, não só pela oportunidade de ter sido ontem pronunciado na Câmara Federal, mas porque em Curitiba, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, existem sérios dramas, daqueles que lá estão e que infelizmente dada a correção, dado ao aumento dessa correção em função do último aumento do salário mínimo, alguns proprietários de casa própria, em que pese o fato de terem pago suas mensalidades em dia, por quatro ou cinco anos, serão obrigados a sair de suas casas e morar em favelas na Capital Paranaense. É um fato lastimável, denunciado à opinião pública paranaense, pela Associação Cristã Feminina de nossa Capital e por isso, relacionando o pronunciamento ontem realizado na Câmara Federal, pelo deputado Alencar Furtado, com o problema existente na Capital do Estado, é que tomamos a liberdade de, no Pequeno Expediente, da Sessão de hoje, fazermos esta denúncia a Casa, no sentido de que não se exerce o pronunciamento do deputado Alencar Furtado, um pronunciamento de aspecto político. Mas, acima de tudo, um pronunciamento de um brasileiro que realmente está interessado na solução dos problemas brasileiros.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir o assunto.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço ao ínclito Presidente, pela lembrança.

Todos nós devemos partir em busca de uma solução que venha de encontro aos interesses justamente daqueles que mais precisam da nossa colaboração e da nossa ajuda.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos nesta tribuna para relembrar uma matéria de nossa autoria e que não foi aprovada pelos ilustres componentes desta Casa de Leis. Ainda nesta semana, trouxemos para cá, um pedido de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que essa comissão verificasse a situação de penúria dos moradores das favelas que habitam às margens do rio Belém, em Curitiba.

Tivemos alguns pronunciamentos favoráveis, dentre eles, do próprio deputado Arthur de Souza; e tivemos o pronunciamento do ilustre deputado Wilson Brandão, manifestando-se radicalmente contra aquela nossa solicitação. É bem verdade que todos nós temos o direito de concordar ou de discordar, porque isto faz parte do regime democrático. E tivemos, então, a rejeição da solicitação da constituição daquela Comissão.

Mas também houve alguns Deputados que sugeriram a modificação da denominação de Comissão Parlamentar de Inquérito, para, quem sabe, Comissão especial. Porém, não vimos nenhum Deputado apresentar qualquer emenda nesse sentido. Porque o deputado que julgue interessante a modificação de uma solicitação, de um pedido, é regimental que ele apresente uma emenda. Não houve a emenda e o nosso pedido não foi aprovado por esta Casa.

E hoje pudemos ver, na primeira página da "Tribuna do Paraná", uma reportagem que choca todos aqueles que são cristãos, com referência ao problema que aqui levantamos. Vemos, na primeira página: "Esta família mora num buraco". É uma reportagem onde se diz que "uma família de seis pessoas mora num buraco de 1,50 de profundidade por 2 m. de largura, às margens do rio Belém. Pobre e desempregado, José Teixeira não tinha nem onde conseguir pedaços de lata e restos de tábuas para construir um barraco numa das muitas favelas que proliferam nesta Curitiba. Por isso optou pela solução mais simples, abrigando sua família — sua mulher está grávida — abrigando sua mulher e quatro filhos num buraco que cavou. Para proteger-se das chuvas, arranjou pedaços de lona que são sustentados por quatro estacas. Com isto e 80 cruzeiros que ganha por mês, os seis conseguem viver."

Portanto, sr. Presidente, quando vimos à tribuna para dizer que há muita miséria, que há muita gente doente nesta grande Curitiba, nos seus recantos mais pobres, às margens do rio Belém, mesmo tendo o nosso pedido sido rejeitado, hoje, através da primeira página de um jornal, nós podemos constatar o triste drama desta família que, não tendo...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para terminar.

O SR. ANTONIO BELINATI — meios para construir numa favela, acabou o seu chefe cavando um buraco de 2 m. de largura por 1,50 de profundidade e ali estão vivendo. Uma família que está morando num buraco, não é uma família sadia. É uma família exposta a uma série de perigos, a uma série de doenças.

Lamentamos mais uma vez que o pedido tenha sido rejeitado, se bem que seja um direito regimental e democrático de uma Assembléia Legislativa, e vimos hoje à tribuna para trazer este triste episódio que vem constatar a necessidade dos órgãos superiores, quem sabe, empreenderem um grande trabalho visando que não haja tanta morosidade no desfavelamento de Curitiba. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Wilson Brandão, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvimos, há pouco, o pronunciamento do deputado Antônio Belinati, invertendo a ordem. Quando votamos contrário a sua pretendida Comissão para averiguar problemas sociais que existem às margens do rio Belém,

nós assim o fizemos de acôrdo com a nossa consciência, para que preva-
leça o respeito a esta Casa.

Não queríamos abordar o assunto. Reconhecemos que existem favela-
dos, que existem milhares de "João" e "João da Silva", com meia dúzia
de filhos, pobres e paupérrimos. Mas não é possível que se forme, nesta
Casa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito de uma situação
surgida por um rio que passa às margens de Curitiba, o rio Belém, que é
de todos tão bem conhecido.

Porém, sugerimos ao nobre deputado Antônio Belinati que retire o seu
pedido de constituição de Comissão Parlamentar, que é coisa séria, e nós
aqui tratamos de coisas sérias, e não brincamos com o sentimento alheio.
Sugerimos ao nobre deputado, como ele e todos têm conhecimento, que
convertesse aquêle seu pedido em Comissão Especial, e lá iríamos, então,
verificar o ocorrido, mas não em forma de CPI. Foi esta a razão de nosso
pronunciamento, e demos um "não", e daremos um "não", para dignidade e
respeito desta Casa, que ainda goza — e val gozar, perante a opinião pública
— sem o desespero da propaganda que sai em jornais, os mesmos jornais
que serviram de prova ao Tribunal de Justiça para que o grande Desem-
bargador desse a liminar, suspendendo a vigência de nossa Constituição.

Lamentavelmente, este mesmo jornal, fabricaram provas mentirosas, de
que trancávamos as palavras dos Deputados da oposição. Mentiras e mais
mentiras! E sempre mentiras, e baseados em mentiras é que se convenceu
o relator do acórdão, numa época em que planejavamos e lutávamos para
que o Paraná conseguisse um representante seu no Supremo Tribunal Fe-
deral.

E eu pergunto: quem foi que desnorteou, que deshonrou, as tradições
judiciais de nosso Estado? Quem feriu a dignidade dos advogados do Pa-
raná, foi o procedimento incensado por não ter a tranquilidade e a se-
riedade da coisa pública.

E por essa razão que não vamos dar ouvidos a tudo que diz jornais,
televisão, ou rádio. Queremos provas. E com as provas iremos verificar
"in loco", se o nobre deputado Antônio Belinati transformar o seu pedido
de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito em Comissão Espe-
cial, sobre o que se passa no rio Belém. Mas, da forma demagógica de que
se tentou instaurar, essa CPI esta não terá o nosso voto favorável.

E assim, neste momento, fixamos a nossa posição. Esta é a verdade.
Não viemos aqui desmentir o que falamos ontem. E falamos hoje mais
uma vez, somos contra a criação da Comissão Especial mas somos contra,
sim, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que não tem razão de exis-
tir, é uma vergonha para este Poder se envolver em pequenas coisas, quan-
do não é esta a sua atribuição.

Acho que é hora de encararmos as coisas seriamente. Temos visto aqui
pronunciamentos de toda ordem, de homem amadurecidos pelo trabalho,
homens que respeitamos, tanto dentro da situação como da oposição. Pela
seriedade com o trato da coisa pública, nós os respeitamos e queremos
respeitá-los. Sempre estaremos ao lado das teses ultraísticas que o nobre
deputado Antônio Belinati promover. E o dia em que ele nos convencer
de uma tese digna, nós estaremos ao seu lado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas
para que conste dos Anais da Casa, que o nosso pedido é digno, é sério,
porque tem gente morando em buraco cavado na terra. É coisa séria, não
é demagogia, como interpretam os bajuladores do Governo.

Nós trouxemos esse assunto, sr. Presidente, e não vamos admitir que
um pedido tão importante como o nosso venha a ser abordado aqui por
aqueles que estão preocupados em agradar a S. Exa. o Chefe do Palácio
Iguaçu, taxando de demagogia aquilo que é miséria do povo.

O SR. WILSON BRANDÃO — (Pela ordem). Sr. Presidente, é lamen-

tável que se conceda a palavra pela ordem a um Deputado, quando nada de ordem tem ele a pedir à Casa. Chama um Deputado de bajulador do Governo. Sou bajulador da mesma forma que tenho o direito de defender a dignidade deste Poder.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de entrar propriamente no assunto que temos a tratar, e que não é dos mais longos, desejamos cumprir com duas anotações que temos em mãos: uma que diz respeito à Comissão Especial da Estrada de Ferro Central do Paraná, da qual temos a honra de ser o Relator geral, e que foi constituída a requerimento nosso, há já algum tempo.

Como várias diligências têm sido realizadas por essa Comissão, através de seus ilustres membros, deputados Marciano Baraniuk, Paulo Poli, Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior, sem que no entanto tivéssemos até o presente chegado ao exame do trabalho dessa Comissão, deseja dizer desta tribuna que na parte que me competia, conforme já disse pessoalmente aos meus nobres colegas integrantes dessa Comissão, encontro-me à inteira disposição dos mesmos, para proceder ao relatório geral.

Tomo também a liberdade de sugerir ao ilustre Deputado que preside esta Comissão que convoque a reunião para esse fim. Tal fato tem alguma importância, principalmente, porque muitos dos srs. Deputados que passaram por esta tribuna referiram-se à constituição de Comissão como se se tratasse de uma iniciativa visionária, de nenhuma repercussão e de nenhuma concretização prática.

Gostaria de acentuar, a propósito do assunto e segundo ouvimos através de um programa pelo Canal 3 da Televisão de Londrina, que os trabalhos dessa Comissão podem ser considerados, em última análise de rara eficiência, porque S. Exa. o Chefe do Poder Executivo Estadual, perante o povo do Norte do Paraná, disse de seu empenho em concluir esta obra cuja importância levou esta Casa a constituir uma Comissão Especial.

Por isto, a fim de que esta Comissão cumpra seu desideratum é que tome a liberdade de fazer este apelo, para que ela se reúna a fim de que possa encerrar suas atividades, até certo ponto, já coriada de pleno êxito.

Por outro lado, gostaria de fazer uma referência sobre um assunto que vimos desta tribuna ser tratado, há pouco, por dois ilustres Deputados, um dos quais meu nobre companheiro de bancada, deputado Antônio Belinati.

Não estamos aqui na qualidade de defensor do deputado Antônio Belinati, e queremos deixar isto bem acentuado, principalmente porque S. Exa. não precisa de alguém que o venha defender e nem S. Exa. solicitou-me isto. Mas, no calor dos debates, de certa forma, fomos chamados ao assunto. Fomos chamados ao assunto porque sem que tocássemos na matéria referente ao mandado de segurança que tramita pela Justiça no Estado do Paraná, foi feita uma referência a esse mandado de segurança.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço e no Pequeno Expediente não tive ensejo de solicitar aparte ao deputado Wilson Brandão, deputado que respeito e muito admiro pela sua atuação nesta Casa. Mas, hoje, a meu ver, S. Exa. excedeu-se na tribuna ao atacar o ilustre Desembargador Relator da matéria que concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo MDW contra a Constituição recém aprovada por esta Casa.

Não vou entrar no mérito porque não sou jurista, mas conheço de há muito o nosso desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, e tenho por S. Exa. grande apreço e acho que é um dos homens que honram a cultura jurídica do Paraná, porque ele não merecia absolutamente as referências feitas contra S. Exa. pelo nobre deputado Wilson Brandão, que talvez no calor do debate não atentou bem para o que dizia do ilustre Desembargador.

Quero aqui protestar contra o que se quer imputar ao desembargador Henrique Nogueira Dorfmann, mas ao mesmo tempo quero dar razões a S. Exa. o nobre deputado Wilson Brandão, quando ele verbera não nos termos que o fez, a atitude do ilustre deputado Antônio Belinati, que requereu nesta Casa uma CPI para verificar as condições subhumanas em que vivem os favelados do rio Belém. Embora reconheça o mérito indiscutível da posição do nobre deputado Antônio Belinati, acho que esta Casa, composta de homens que representam o povo, deve preocupar-se pelos problemas da coletividade, principalmente por aqueles que são os deserdados da sorte e que vivem num submundo de miséria e de ignorância.

Mas o assunto não é o CPI, o assunto, até, foge das atribuições deste Poder, e vou explicar porque. Quando em exercício do mandato de Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, o então Prefeito da cidade, sr. Ivo Arzua Pereira, preocupou-se com este problema, encaminhando mensagem à Câmara Municipal, criando o núcleo coletivo, com o apoio do BNH.

Aquela Casa imediatamente atendeu à solicitação feita neste sentido. E prova também disso, é o nobre deputado Acyr José que, na oportunidade, era vereador da Câmara Municipal. Formou-se em Curitiba, e inclusive com a participação dos munícipes de Curitiba, construiu-se o primeiro núcleo residencial que é a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Mas foi construído aquele núcleo, à época do saudoso Presidente Castelo Branco, exatamente para atender ao problema dos favelados de Curitiba, principalmente, daqueles que viviam às margens do rio Belém. E o que aconteceu, apenas uma pequena parcela daqueles favelados, quiseram mudar-se para a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Muitos preferiram ficar nas margens do rio Belém, onde, até hoje, a miséria humana impera com a mesma intensidade. Eles alugavam barracões a preços exorbitantes. Lá, existia um favelado que era proprietário de 15 barracas que alugava a preços exorbitantes aos demais favelados. Mas mesmo assim, apesar das solicitações feitas à Secretaria de Segurança Pública, mesmo usando força, não se conseguiu remover todos os favelados das margens do rio Belém, e não só do rio Belém com também os favelados que já começavam a se proliferar em novas favelas lá na Vila Guaira. E com a intervenção da Prefeitura de Curitiba, que contou com a colaboração da Secretaria de Segurança Pública, não se conseguiu remover aquelas favelas, assim paradoxalmente, 50% das casas da Vila Nossa Senhora da Luz, ficaram desocupadas por oito meses.

Até que então a COHAB, em Curitiba, começou a vendê-las a quem se mostrasse interessado na aquisição. Então, pessoas que não os favelados, mas pessoas que necessitavam de uma casa própria, fizeram suas inscrições e foram vendidas.

Portanto, acho que o problema hoje é mais do âmbito municipal. E a Prefeitura Municipal de Curitiba tem condições para remoção de todas as favelas. Porque a COHAB de Curitiba tem o apoio integral do BNH.

O que esta Casa precisa é iniciar a mesma campanha que ontem iniciou, na Câmara Federal, um correligionário de V. Exa., o ex-deputado desta Casa, que tanto honrou este Poder, deputado Alencar Furtado. Iniciou, segundo ouvi pelo rádio, na Hora do Brasil, uma campanha contra a correção monetária dos débitos do BNH. Esta a campanha meritória que deve ter apoio integral dos 47 Deputados desta Casa, sem distinção de partido e de paixões políticas. Mas o caminho certo é este: remover estes obstáculos, para que o pobre possa adquirir sua casa, sem ter que pagar, 10, 20, vezes mais. Porque o dinheiro do BNH é dinheiro que vai do povo, dos empresários, dos operários, descontados na sua folha, que são de 8% da folha do empregado; do desconto que paga o empresário e também os assalariados. O Governo federal não faz favor nenhum em devolver este dinheiro ao povo, sem que sobre as prestações pese esta barbaridade, esta desumanidade, nas prestações do BNH.

Esta a campanha que devemos iniciar, fazendo côro àquela já iniciada ontem, pelo grande deputado federal, Alencar Furtado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado pelo aparte.

O sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho, o final do aparte do deputado Erondy Silvério, veio ao encontro do pronunciamento que fizemos hoje no Pequeno Expediente. E temos certeza de que toda esta Assembleia Legislativa estará unida em torno do pronunciamento realizado ontem no Congresso Nacional, pelo deputado José Alencar Furtado. É uma realidade que infelizmente se constata em todas as cidades de nosso Estado, atendidas pelo Banco Nacional de Habitação. É infelizmente o trabalhador, aquele que, com sacrifício paga as suas prestações do BNH, ao final de muitos e muitos anos de pagamento, quando vai procurar saber quanto deve ainda ao BNH, ele deve às vezes, o dobro, 3, 4, 5 vezes mais; é a denominada correção sobre correção. Portanto, é necessário uma política de humanização do Banco Nacional de Habitação porque realmente para este fim, com este objetivo ele foi criado. Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou de pleno acôrdo com os pronunciamentos dos meus nobres Colegas, notadamente à parte final dos mesmos, e cujo assunto, aliás, o nobre deputado Maurício Fruct abordou no Pequeno Expediente desta Sessão. Desejo deixar registrado no entanto, que é inegável o direito do nobre deputado Antônio Belinati em sugerir ou requerer a criação de uma Comissão. De uma Comissão, para verificar os problemas existentes nas margens do rio Belém: nada tem a ver com o problema que constitui a obtenção de um Mandado de Segurança pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado, notadamente na parte relativa a provas desse processo. Nós não dispomos de tempo para abordar esse assunto nesta Casa, porque nós nos comprometemos com o nobre líder de nossa bancada, em lhe ceder 30 minutos do tempo que dispomos. Mas, desejamos registrar o protesto de que — embora já tenhamos dito que não iríamos abordar esta matéria que se encontra "sub judice", que foge à nossa alçada abordá-la, no entanto, como foram feitas referências desabonadoras ao Poder Judiciante neste Plenário, nós voltaremos ao assunto para fazer a devida computação das provas — a prova que nós apresentamos e a prova fornecida pela própria Assembleia Legislativa do Estado. Feito o registro que desejávamos fazer, e passando ao assunto principal de nossa presença nesta tribuna no dia de hoje, vamos encaminhar à Mesa um requerimento pedindo providências ao sr. Secretário de Segurança Pública para fatos que nós, que temos vida no interior do Estado, comumente estamos encontrando, problemas que não raro vêm à frente dos Prefeitos Municipais e dos Deputados Estaduais e as suas soluções têm sido, ao invés de soluções legais, soluções meramente políticas.

Estou referindo-me à apreensão de armas que é feita pelas autoridades policiais, em relação às pessoas que, sem a devida licença, portam armas. Não seria novidade que eu aqui afirmasse para os nobres Pares que o indivíduo que viaja pelo interior do Estado, notadamente nos dias atuais, principalmente se viaja à noite, não poderá sair sem o recurso de uma arma contra eventuais assaltos que a cada dia aumentam. Assim também os lavradores que, tendo suas residências longe do local de trabalho, as suas roças e portam sua garrucha ou espingarda pois, na sua propriedade, são possuidores de armas não proibidas.

O sr. Wilson Brandão — V. Exa. um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Muggiati Filho, não queríamos entrar novamente no assunto nem cortar o raciocínio de V. Exa.

Antes de V. Exa. entrar no assunto, e que há poucos minutos houve um precedente, e para que fique registrado, quero informar de que se assim eu procedi, numa tomada de posição, foi porque, em primeiro lugar,

porque sou Deputado, e em segundo lugar como Advogado. Como Deputado porque este Poder, a Mesa Executiva, foi atingida. Não quero fazer demagogia sobre a lição do Tribunal Superior. E como sinal de respeito a todos, a nossa bancada silenciou, e nós também.

Mas, acontece, nobre Deputado, que eu, ao invés de fazer um requerimento demagógico, fui às margens daquele rio levar, na minha perua, milhares de roupas que a "Campanha do Agasalho" arrecadou. Mas, tive a dignidade de entregá-las a um dos moradores do Prapo Velho, que fica às margens do rio Belém, para que não se dissesse que foi um Deputado que cihou por aquele povo, mas sim a Campanha do Agasalho. E ali foram entregues roupas para mais de duas mil famílias.

Por esta razão não convivendo com aquele povo a não ser quando aqui morei e quando em escola pública de Curitiba, aprendemos as primeiras letras e que nos deram condições para prosseguirmos depois em nossos estudos.

Pois bem, sr. Deputado, para preservar este Poder, para que, amanhã, não se crie Comissões Parlamentares de Inquérito para coisas superfluas é que votamos contra o requerimento do deputado Antônio Belinati na forma como se apresentou.

Agradeço a V. Exa. pelo aparte que me concedeu.

O sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho, nós gostaríamos de ter aparteado o deputado representante de Londrina, Antônio Belinati. Mas, como S. Exa. fez uso da palavra no Pequeno Expediente, não tivemos oportunidade.

Mas, no momento, quando o nobre deputado Muggiati Filho nos concede este aparte, queremos justificar o voto que ontem demos contra o pedido do deputado Antônio Belinati para constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós fomos um daqueles que solicitamos ao nobre Deputado que transformasse o seu pedido. Nós achamos que o problema do favelado não é só de Curitiba, mas de todo o Paraná, e achamos, também que o problema está afeto à Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

O SR. MUGGIATI FILHO — Também acho.

O sr. Fuad Nacli — E pedimos, naquela oportunidade, ao deputado Antônio Belinati, como amigo, que transformasse o seu pedido, ou que o mesmo fosse dirigido à Secretaria de Trabalho e Assistência Social e não pedisse a constituição de uma Comissão de Inquérito.

Queremos, aqui, dizer ao nobre deputado Antônio Belinati, a V. Exa. e também ao deputado Wilson Brandão que não iremos entrar no mérito da liminar, nem a atitudes pessoais, nem à demagogia. Não estamos aqui para defender ou atacar o Governo. Estamos para votar o que é justo, para votar de acordo com a nossa consciência. E queremos dizer, nobre Deputado, que nós sempre respeitamos todos os Deputados, aqueles que já passaram por esta Casa. Hoje ainda tivemos oportunidade de ler nos jornais referências àquele Deputado que aqui esteve e que nós soubemos respeitar pelas suas atitudes e maneira de se conduzir nesta Casa, o deputado Federal Alencar Furtado, trazendo para o Brasil e para o Paraná uma reivindicação que vem atender a todos como disse o deputado Erondy Silvério.

Queremos dizer com isso, que estaremos sempre votando, não somente com a Liderança do Governo, mas votando favoravelmente a todos aqueles pedidos que venham de encontro à nossa consciência.

Era o que queríamos dizer ao nobre Deputado, com nossos agradecimentos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado, solicitamos o aparte para dizer que, realmente, o deputado Fuad Nacli nos procurou ontem. Infelizmente não houve tempo para a

transformação do nosso pedido, pois no exato momento em que conversávamos, o mesmo era colocado em votação.

Hoje, deputado Muggiati Filho, voltamos à tribuna com educação, usando a tribuna em termos parlamentares como sempre o fizemos, mas lamentavelmente nesta Casa há alguns Deputados que não têm dispensado esse tratamento à nossa Pessoa.

Devo salientar e reafirmar, que nosso requerimento nada tinha de demagógico. Trouxemos o problema a esta Casa porque é muito sério. Se levarmos os problemas para o campo da demagogia, não vamos poder fazer mais nada, porque qualquer projeto de lei que trouxermos, logo a maioria vai dizer que é demagogia. De modo que não é esse o problema.

Quando fôr um problema que diga respeito ao povo, nós votaremos a favor.

Demagogia é fazer uma Campanha do Agasalho, onde o povo dá agasalho para o pobre e vai o Deputado ligado ao Governo entregar o agasalho para o pobre. Isso é que consideramos demagogia.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre deputado Muggiati Filho, quero pedir perdão, inicialmente, por utilizar de um recurso de um aparte, a fim de tratar de um assunto, que se torna indispensável para minha consciência, abordar hoje.

O SR. MUGGIATI FILHO — A nossa tribuna é altamente democrática, V. Exa. pode falar.

O sr. Xenofonte Villanueva — Refere-se o meu aparte à persistência das críticas ao Instituto de Previdência do Estado, críticas essas que, ao que me parece, desejam única e exclusivamente ferir a pessoa de meu irmão, e por que não dizer, a mim próprio, de uma maneira indireta. O nobre deputado Álvaro Dias, quando ocupava a tribuna, tomei conhecimento através das notas taquigráficas, afirmava da existência no IPE, de edifícios nababescos. Seria bom esclarecer que esses edifícios foram construídos pela administração anterior.

Na realidade esses edifícios e as condições de funcionamento dos mesmos, são verdadeiramente nababescas. Gostaria de esclarecer a V. Exa. e ao Plenário, que foram gastos somente com inter-comunicadores a importância, pelo Governo anterior, ou pela administração anterior de setecentos mil cruzeiros, quase um milhão de cruzeiros, apenas em inter-comunicações.

Afirmava o deputado Álvaro Dias que o IPE é um órgão que serve de cabide de empregos para os apaniguados do Governo. Podemos dizer que não para os apaniguados do atual Governo porque as designações foram mantidas e persistem ainda, com exceção, é lógico, da Superintendência que é cargo de confiança.

Outro assunto que gostaria de abordar e esclarecer a esta Casa refere-se à campanha que está sendo encetada pelo "Diário Popular" contra o IPE. Não é de meu feitio trazer a esta Assembléia fatos pessoais, mas quero afirmar agora que, se necessário fôr, trarei as provas do que vou relatar.

O fundador do jornal "Diário Popular" é o sr. Abdo Aref Kudri. Quando funcionário do SASP, no Governo do sr. Moysés Lupion, órgão assistencial que antecedeu ao IPE, foi dele afastado através de inquérito administrativo. Esta a razão pela qual ele, até hoje, tem mágoa da pessoa de meu irmão que, na oportunidade em que foi afastado por não ter uma conduta digna das funções que exercia, era o Diretor do SASP.

Este o motivo pelo qual o jornal "Diário Popular" preocupa-se tanto com o IPE. É uma rixa antiga motivada por um inquérito administrativo que atingiu a pessoa do fundador desse jornal, sr. Abdo Aref Kudri.

Nobre deputado Muggiati perdoe-me, mais uma vez, ter utilizado o recurso do aparte para fazer uma exposição que se tornava necessária. Muito grato.

O SR. MUGGIATI FILHO — Concluindo nossa matéria vamos encaminhar a V. Exa., sr. Presidente, para que seja submetida à apreciação do Plenário, o requerimento nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, com a devida vênia e,

1 — Considerando que, notadamente, no interior do Estado, o porte ilegal de armas tem ensejado não menos ilegal ação policial, tornando-se comum a simples apreensão da arma e a sua perda por parte do portador da mesma, que raramente consegue reavê-la;

2 — Considerando que o artigo 19 da Lei Contravenções Penais, disciplinada a matéria cominando a pena de prisão simples de 15 dias a seis meses, ou multa de Cr\$ 0,20 a Cr\$ 3,00, ou ambas emulativamente, à pessoa que

“Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade”;

3 — Considerando que “há porte de arma quando esta é conduzida com tal, e não como qualquer outro objeto, isto é, embrulhada ou em mala fechada”. Portar arma, pois, é tê-la consigo, à cinta, no bolso, na mão, o que não se pode conduzir com transporte, conforme José Duarte: “Coms. A Lei de Contravenções Penais”, pág. 297;

4 — Considerando que o destino das armas apreendidas está previsto no Capítulo V — “Da restituição das coisas apreendidas”, do Código de Processo Penal, cujos artigos 118 a 124 estabelecem os casos de restituições; de competência da autoridade policial ou do juiz; de depósito em caso de dúvida; de decretação da perda das coisas apreendidas em favor da União, de confisco ou de leilão de bens;

5 — Considerando que, da análise dos dois dispositivos legais supracitados e suas remissões à Lei Substantiva, a perda dos objetos em favor da União somente se dá (artigos 74 e 100, do Código Penal), ou como efeitos de condenação e desde que, como instrumento do crime consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, ou desde que não reclamados no prazo de 90 dias após a sentença final;

6 — Considerando, afinal, que o porte de arma sem a devida licença nunca é punido com a perda da arma, salvo nos casos acima, sendo também certo que na Lei de Contravenções Penais o legislador se orientou no sentido de exculpar a comprovada ignorância de preceitos legais;

7 — Considerando que o procedimento policial, em tais casos, simplesmente apreendendo a arma, sem iniciar o competente processo penal, simplesmente apreendendo a arma, sem iniciar o competente processo penal, agindo de modo arbitrário, tira aos interessados, inclusive terceiros de boa fé, qualquer oportunidade de reaver os objetos de sua propriedade;

8 — Considerando que tais fatos, quando concretizados, além do mais, comprometem o prestígio e o decôro da autoridade policial.

requer —

Com aprovação do Plenário seja feita sugestão ao exmo sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de que sejam adotadas por S. Exa. as medidas urgentes e necessárias a fim de que, as autoridades policiais, militares graduados ou não e civis, sob pena de responsabilidade funcional, além de responder por abuso de poder, passem a observar os dispositivos legais vigentes no tocante à apreensão de armas, e, na impossibilidade de ser lavrado, de imediato, auto de flagrante ou termo de apreensão, forneçam às partes, inclusive terceiros interessados, o competente comprovante de apreensão, indicando as características da arma apreendida, o lugar onde foi apreendida e onde será instaurado o respectivo processo, o nome do portador e da autoridade que precedeu a diligência e sua assinatura.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1971.

a) Muggiati Filho”.

O sr. Mauricio Fruct — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento).

O problema que V. Exa. aborda da tribuna, realmente tem sido muito bem lembrado através da vigilância desta Casa, que inclusive tem observado que estes fatos acontecem não só no interior do Estado, mas em nossa própria Capital, em que as apreensões de armas, são realizadas indevidamente, não se cumprindo as determinações legais.

Portanto quero saudar V. Exa. neste pronunciamento, pela iniciativa que foi oportuna, e tenho certeza, que S. Exa. o sr. Secretário de Segurança Pública, tão zeloso no cumprimento do dever e principalmente, como executor das leis irá determinar que se cumpra também com a solicitação que V. Exa. faz da sua tribuna. Era o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa., porque recebo um valioso subsídio ao meu requerimento.

Tem o aparte o nobre deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre Deputado, realmente, o requerimento de V. Exa. veio em boa hora. Mas apenas para ilustração, quero lembrar um fato ocorrido há alguns dias atrás na cidade de Londrina, quando um indivíduo, ex-prisioneiro da Capital, estava na Delegacia de Londrina inicialmente como prisioneiro, e posteriormente, como auxiliar da Polícia da aquele município. Prêso por crimes praticados, passou a ser um auxiliar da Polícia, e como auxiliar da Polícia, como “dedo duro” como se diz passou a apreender armas, sobretudo daquelas pessoas mais humildes, provenientes da zona rural, apreendia essas armas e ao invés de depositá-las na Delegacia procurava a sua comercialização, sem levar sequer ao conhecimento do Delegado Chefe daquela repartição policial.

E há alguns dias atrás, após apreender a arma de um motorista de táxi, tendo o mesmo ido reclamá-la na Delegacia de Polícia, constatou-se a trama daquele indivíduo que foi preso incontinenti.

Desta forma, procura V. Exa. corrigir algo realmente injusto e que inclusive favorece aqueles que usam a política para fazer malandragem e para roubarem, inclusive da forma como acrescentei anteriormente, como o indivíduo que, depois de ser prisioneiro, passando a ser auxiliar de polícia, e usando do cargo para fazer com que a sua função fôsse exercida da forma não condizente. Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o exemplo citado pelo nobre colega Alvaro Dias e recebo também como outro valioso subsídio ao nosso requerimento.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Deputado Muggiati Filho, quero congratulá-lo com as medidas que V. Exa. propõe nesta tarde porque na realidade elas são imensamente oportunas.

Nós que tivemos, embora modesta, uma pequena experiência de profissional da advocacia no interior, damos a V. Exa. o testemunho daquilo que presenciemos e quase que cotidianamente ocorre nas Delegacias do Interior. Acredito que na minha região o que se verifica é o que também ocorre nas demais regiões do Estado. Assistimos quase que cotidianamente, vários policiais fazerem do mercado de armas apreendidas, a principal fonte de seus recursos. Congratulo-me com V. Exa. É verdadeiramente oportuna esta medida e eu não tenho dúvidas que a Secretaria de Segurança Pública deverá dar guarida ao pedido de V. Exa. porque vem de encontro aos desejos de todos aqueles que exercem a advocacia no interior. E de todos aqueles que uma ou outra vez tiveram que comparecer às Delegacias para requerer a devolução de suas armas apreendidas e que raramente conseguiram isto.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado. É uma contribuição de elevado valor, no sentido de reforçar o nosso pedido.

O sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho, V. Exa. está muito feliz por esta proposição. Acredito que o sr. Secretário de Segurança, coronel Pérsio Ferreira, a rece

berá de bom grado, principalmente, como já é do conhecimento de todos nós, a atividade que ele vem desenvolvendo à frente da Secretaria de Segurança do Estado.

Esta questão das armas apreendidas, é uma questão muito velha. E as autoridades policiais às vezes não tomavam conhecimento das apreensões e temos conhecimento de que várias vezes os policiais faziam apreensões de armas e diziam que as entregavam à Delegacia de Polícia e contudo assim não o faziam. E era aquêle verdadeiro mercado de armas, conforme denunciou o deputado Sebastião Rodrigues nesta Casa.

É oportuno o requerimento de V. Exa. e merece todo nosso apoio neste grave problema em que o sr. Secretário de Segurança está empenhado, como V. Exa. bem sabe, e o conhece, conhece seus propósitos. Está empenhado nesta moralização do Serviço de Segurança do Estado do Paraná. Mas, Deputado, para encerrar, é uma questão de princípios, quero apenas para que se registre e não fique no esquecimento e não se diga amanhã não se fez uma celeuma em torno do nome de um Deputado desta Casa. É relativa àquela Campanha do Agasalho, encetada na Capital do Estado, pela Primeira Dama do Estado. Nós fomos procurados por uma família do Prado Velho. E justamente numa visita que fazíamos à antiga sede da Prefeitura nesta Capital, eu, o deputado Paulo Poli e o deputado Lopes Júnior, onde iríamos entregar um cheque, pois todos os Deputados da Casa contribuíram com uma parcela para aquela Campanha. E lá estava uma família do Prado Velho que se comunicara com Dona Helena. É uma família conhecida deste Deputado que vos fala. Pois bem. Então fui procurado por uma alta funcionária deste Poder que perguntava como poderia levar as roupas. Ela trouxe em seu carro as roupas, duas viagens com o carro superlotado, transferi para o meu, aqui no pátio da Assembléia e levei para minha residência. Daí a dois dias aquela família ia à minha casa, com um carrinho de burro e levava as roupas para o Prado Velho, entregando para aqueles populares. Tive o cuidado, inclusive, nobre deputado Muggiati Filho, de pegar a relação das famílias pobres que receberam aquelas roupas. Portanto, não ficou vinculado o meu nome. Não levei roupa nenhuma e não usei a minha condição de Deputado para fazer minha autopromoção. A respeito do glorioso Exército Nacional, também estive na minha casa, com seu jipão, verde, com seus soldados — sinto-me orgulhoso de dizer que durante dois anos carreguei fúsís nos meus ombros — peguei então sapatos e roupas minhas e coloquei dentro do jipão e não sei onde foram entregues. Mas tive este prazer de ser uma das pessoas que disse à Primeira Dama — lá precisamos de roupas. E foi esta nossa contribuição. E digo ao nobre Deputado que disse que eu usei do meu nome, que tenho a relação de todas as famílias paupérrimas que receberam roupas e daquelas que não conseguiram nada para agasalhar seus familiares. Pois bem, nobre Deputado, é este o esclarecimento para que sobre meu nome não paire dúvidas a este respeito. Se lutei pelo atual Governador, já o fiz antes que fôsse Governador e me orgulho de ver o Estado do Paraná nas mãos de Haroldo Leon Peres. Quero que saibam que nesta entrega de roupas, absolutamente, não empreguei o meu nome. Paguei a carroça e a roupa foi entregue. Nem lá estive. Quero deixar claro isto para que saiba o sr. Deputado que falou sobre minha pessoa e saiba V. Exa., que muito me orgulho por ter me concedido o aparte, pela seriedade com que V. Exa. trata das coisas públicas e a quem agradeço.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado pelo aparte e deixo, uma vez mais, à sábia deliberação do Plenário, nosso requerimento. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Faz-se a

ORDEM DO DIA.

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Odilon Reihardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 20-70, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio através do D.E.R., com o Município da Lapa, para construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Passa Dois. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NR. 20-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município da Lapa, para a construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Passa Dois, ligando a sede daquele Município a Bacia Leiteira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente; **Maurício Fruet** — Relator; **Wilson Brandão**.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 76-70, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Nossa Senhora da Penha, do Município de Corbélia, um curso Ginasial. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO NR. 76-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na localidade denominada N. S. da Penha, do Município de Corbélia, um curso ginasial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-6-71

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente; **Maurício Fruet** — Relator; **Wilson Brandão**.

3.ª **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 39-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que concede o Título de Poeta Honorário do Paraná, ao Poeta Liberalino Estevam. — Parecer favorável da C.C.J. — **COM EMENDA DE PLENÁRIO.** — **Aprovados emenda e projeto.**

2.ª **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n. 27-68, de autoria do dep. Ovídio Franzoni, que dá nova Redação ao art. 26, do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 116-70, de autoria do dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, na forma que especifica, pertencente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 140-70, de autoria do dep. Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a doar uma Motoniveladora com as características que especifica, à Prefeitura Municipal de Astorga. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 140-70

A. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Prefeitura Municipal de Astorga, 1 (uma) Motoniveladora Marca ADAMS, Modelo 610, série 3351, Chassis n.º UDC — 8764, Motor n.º UDCM — 8764, equipada com 6 pneus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de julho de 1970.

a) Dep. Abrahão Miguel

JUSTIFICATIVA:

Será feita em plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n. 140-70

AUTOR: Dep. Abrahão Miguel

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Astorga, uma motoniveladora com as características que especifica.

P A R E C E R

1) O Projeto em questão foi redigido em consonância com o que dispõe o Regimento Interno.

2) Trata-se de mera autorização legislativa. Por outro lado não apresenta qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator, Sebastião R. Júnior, Emílio Carazzzi,

Igo Losso, Arthur de Souza, Cândido M. de Oliveira e Muggiati Filho.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 268-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 33-70, cria no Quadro Único de Pessoal da Penitenciária de Mulheres, os cargos em Comissão, na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.P. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N 33-70

PROJETO DE LEI N. 268-70

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação dos cargos em comissão que especifica, com lotação na Penitenciária de Mulheres, órgão integrante da estrutura do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é de fundamental importância, eis que ensejará as necessárias condições no sentido de que a Penitenciária de Mulheres do Estado, recentemente estruturada, apresente pleno e perfeito funcionamento, assegurando o fiel cumprimento de suas finalidades. Os pretendidos cargos em comissão destinam-se, como depreende das próprias denominações, às funções de Diretor da Penitenciária, bem como às destinadas aos setores de assistência técnica pre-

vistos na estrutura dada ao órgão através do decreto n. 21.091, de 18 de setembro do corrente ano.

Certo de que o Projeto de Lei ora submetido a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

a) **Paulo Pimentel**

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **FRANCISCO ESCORSIN**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Único do Pessoal, com lotação na Penitenciária de Mulheres, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os seguintes cargos de provimento em comissão:

N. de Cargos	Denominação	Símbolo
1 (um)	Diretor	2 — C
1 (um)	Assistente de Diretor	3 — C
1 (um)	Assistente Jurídico	3 — C
2 (dois)	Assistente	10 — C

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI N. 268-70

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

1) Tratam os autos de Mensagem do Poder Executivo encaminhado anteprojeto de lei, criando cargos em comissão, para lotação na Penitenciária de Mulheres, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, da Secretaria de Segurança Pública.

2) O Anteprojeto é legal e constitucional, tendo condições de ser aprovado.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Acyr José — Relator

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Emílio Carazzai

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Igo Losso

COMISSÃO DE POLÍCIA

PROJETO DE LEI N. 268-70

P A R E C E R

I — Refere-se o Projeto de Lei em tela de mensagem do Poder Executivo, encaminhando proposta para criação de cargos em comissão no Quadro Único de Pessoal da Penitenciária de Mulheres, órgão integrante da estrutura do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

II — Nos considerandos que precedem ao Plano de Lei que o Poder Executivo submete à Assembléia Legislativa, assevera o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que a proposta "é de fundamental importância, eis que ensejará as necessárias condições no sentido de que a Penitenciária de Mulheres do Estado, recentemente estruturada, apresente pleno e perfeito

funcionamento, assegurando o fiel cumprimento de suas finalidades. (grifo nosso).

III — Não cabe dúvida, aqui, quanto à oportunidade do Projeto de Lei n. 268, cujo objetivo maior, expressamente delineado, é o de propiciar a estrutura para as quais foi criada, ainda que tardiamente.

IV — A destinação dos cargos em comissão a serem criados, são devidamente declarados.

V — Nessas condições, nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1971.

aa) Paulo Poli — Presidente

Santos Lima — Relator

Alvaro Dias

Agnaído Pereira Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei N. 268-70

AUTOR: Governo do Estado — Mensagem n. 33-70

SUMULA: Encaminhando anteprojeto de Lei que visa criar no Quadro Unico de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública, 5 (cinco) cargos de provimento em comissão, destinados à Penitenciária de Mulheres.

P A R E C E R

Na bem fundamentada exposição de motivos que acompanha o presente projeto de lei, verificamos a justeza da matéria recomendada pelo Chefe do Poder Executivo, que visa criar na Secretaria de Segurança Pública 5 cargos de provimento em comissão, destinados à Penitenciária de Mulheres.

A Mensagem está amparada pelo Decreto n. 21091, de 18 de setembro de 1970, e não conflitando com qualquer dispositivo constitucional de ordem financeira, pois é da exclusiva competência do Poder Executivo a iniciativa das leis que aumentem a despesa pública.

Pelo exposto somos de parecer favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.71

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Fuad Naei

Maurício Fruet

Ivo Thomazoni

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 173-70, de autoria do dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Fundação Legião Brasileira de Assistência, dois lotes de terreno, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 173-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei, autorizado a doar para a Fundação Legião Brasileira de Assistência dois lotes do terreno medindo, ao todo, 8,00 m. de frente para a rua Curupaitis, fazendo fundos com os lotes A e B, e frente para as ruas Sebastião Paraná, onde medem 55,00 m. e rua Divina Providência onde medem 35,00 m. com as respectivas benfeitorias, lotes estes localizados nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1970.

a) Arthur de Souza

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 173-70

AUTOR: Dep. Arthur de Souza

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a doar, à "Fundação Legião Brasileira de Assistência, dois lotes de terreno, na forma que especifica".

P A R E C E R

1) O Projeto vem articulado e devidamente justificado, obedecendo, desta forma, determinação constante do Regimento Interno.

2) A iniciativa não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Além do mais, está redigido em forma de simples autorização.

3) Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Muggiati Filho

Emílio Carazzai

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Manoel Martins de Oliveira

PROJETO DE LEI N. 173-70

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER ao Projeto de Lei N. 173-70

SÚMULA: De autoria do Dep. Arthur de Souza, autoriza o P.E. a doar à "Fundação Legião Brasileira de Assistência", dois lotes de terrenos, na forma que especifica.

I — O nobre Deputado Arthur de Souza, pelo presente projeto, busca autorizar o Poder Executivo doar dois lotes de terrenos à Fundação Legião Brasileira de Assistência.

II — A forma meramente autorizatória não fere nenhum preceito legal que deva ser fiscalizado por esta Comissão, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1971.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Santos Lima — Relator

Sebastião Rodrigues Júnior

Antonio Maciel

Marciano Baraniuk

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão Miguel Gadeus. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n. 39-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando anexação ao Projeto de Lei n. 71-71 ao de n. 165-70, que tem o mesmo objetivo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando constituição de Comissão de srs. Deputados para representarem esta Casa na 11.ª reunião da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro a realizar-se nos dias 26 e 27 deste, em Jaboti. — **Aprovado.**

A Presidência designa os srs. deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima, para representarem esta Casa, nas festividades, sem ônus para a Assembléia.

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constan-

te do Expediente, solicitando seja encaminhado officio ao sr. Secretário de Obras Públicas, no sentido de ser dado prosseguimento às obras do Quartel da Polícia, no município de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mugiati Filho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao sr. Secretário de Segurança Pública. Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando a expedição de telex ao Conselho de Segurança Nacional, no sentido de interferência na grave crise que assola o Oeste paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs deputados Antônio Lopes Júnior e João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando o encaminhamento de telegrama ao sr. Presidente da República, no sentido da reformulação do critério adotado com relação aos vereadores de municípios interioranos. Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados. O requerimento apresentado pelos deputados Antônio Lopes Júnior, e João Mansur, líder do Governo nesta Casa, ao encontro exatamente do programa do partido que representamos nesta Casa. Ainda mais, sr. Presidente, atende a uma solicitação que também a nós foi enviada e que chegou às nossas mãos, na tarde de ontem, da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa. Solicitação no sentido desta Assembléia promover ao lado da Câmara Municipal de Ponta Grossa, movimento a fim de ser alterada a lei que proíbe a percepção de vencimentos aos vereadores das cidades de população inferior a 200 mil habitantes.

Na Constituição Federal de 1975 era assegurada a remuneração dos edis das Capitais e dos Municípios com população superior a cem mil habitantes.

O Ato Institucional n. 7, de 26, de fevereiro de 1969, deu nova redação ao art. 16, § 2.º, da Constituição de 67, preceituando que "Somente serão remunerados os Vereadores das Capitais e dos Municípios com população superior a trezentos mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em Lei Complementar".

Finalmente, a Emenda Constitucional n. 1, de 1970, modificou novamente a redação do Ato Institucional n.º 7, dizendo que serão remunerados os Vereadores das Capitais e dos Municípios com população superior a duzentos mil habitantes dentro dos limites e critérios estabelecidos em lei complementar.

Sr. Presidente, srs. Deputados, sabemos todos nós a importância do Município, a missão do Município no desenvolvimento da vida administrativa e política do nosso país.

Sabemos todos nós, principalmente aqueles que participarem da vida pública administrativa da comunidade interiorana, as responsabilidades dos Vereadores. Quanto trabalho é encaminhado para as Câmaras Municipais, portanto não é justo que a comunidade exija trabalho e dedicação sem lhe remunerar. Hoje, o quadro que existe no Paraná, no interior de nosso Estado, é o destinado à vida pública municipal. Quando não é o desestímulo, é o sacrifício sobrehumano daqueles que atendendo seu ideal, sacrificam, tantas vezes, seus próprios interesses, para nos Legislativos darem de si sem que tenham compensação pelo seu trabalho. Não é justo que isto aconteça em nosso país.

É necessário que o sr. Presidente da República reformule inteiramente esta Lei. Não podemos deixar de apreciar a campanha iniciada pelos pontagrossenses com toda a simpatia e apresentar nosso integral apoio a este movimento surgido nesta importante cidade do Paraná.

Em algumas cidades, não são todas, os srs. Vereadores estão totalmente desestimulados, já não mais participam dos trabalhos legislativos com dedicação. Não mais se aplicam às suas atividades legislativas, deixando os Prefeitos, as administrações locais sem fiscalização, com graves prejuízos para a comunidade contribuinte.

Assim é que em alguns Municípios do Paraná não foram ainda cumpridos dispositivos constitucionais de Prestação de Contas até o dia 31 de março. Incurrendo em crime de responsabilidade. Em razão do que ficam esses Municípios com suas verbas a que têm direito de vez que elas ficam retidas na esfera federal. Isto ocorre pela falta de vigilância da parte dos Vereadores que, com toda razão, deixam as atividades na Câmara num plano secundário.

O sentido de dar economia da medida aos cofres municipais, tem um sentido altamente lesivo, aquilo que é feito para realizar uma pequena poupança, acaba contribuindo para que o município tenha um grande dispêndio, pelos abusos financeiros muitas vezes, cometido sem a fiscalização do povo, através dos Vereadores.

Cabe, com certeza, uma medida urgente, e a nossa Assembléia há de participar lado a lado com a Câmara Municipal de Ponta Grossa, nesta campanha que há de sensibilizar a S. Exa. o sr. Presidente da República, num sentido de engrandecer as municipalidades e dar vitalidade às Câmaras Municipais. Entendo, sr. Presidente, srs. Deputados, que ao município cabe uma grande missão em nosso País, é a esfera administrativa que convive mais diretamente com os problemas do povo, e ali deve ser exercida a mais austera vigilância dos representantes do povo, e se eles estão a serviço do povo, é justo que a comunidade lhes retribua pelo tempo dispendido nestas atividades. Portanto, sr. Presidente, queremos nos associar a esta medida, apoiar o movimento de Ponta Grossa por estar também no programa do MDB a remuneração dos Vereadores no Brasil. — (Sem revisão do orador).

O SR. WILSON BRANDÃO — Peço a palavra, sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra para encaminhamento de votação, o nobre deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Respeitando a ausência dos seus autores que fazem este apelo ao sr. Presidente da República, estamos aqui solidários também com este requerimento e com o mesmo propósito do nobre deputado líder do MDB, Nivaldo Krüger. Ponta Grossa nos enviou também este apelo que foi a bem da verdade, propugnado a tempo pela Câmara Municipal de Petrópolis, Estado do Rio. E nós já procuramos discutir com o Vereador da cidade de Maringá, este problema, e também lá, fazíamos apelos à autoridade maior do nosso País, e acredito que com o apelo da Assembléia Legislativa do Estado, S. Exa. o sr. Presidente da República, há de compreender este auxílio tão necessário aos vereadores do interior que muitos deles os conhecemos perfeitamente, alguns, eram homens dedicados ao comércio e hoje, depois, em razão das suas atividades políticas, foram à falência, alguns paupérrimos desta situação.

Acredito que o amparo ao vereador, principalmente das pequenas cidades, porque como exemplo temos, eu não contesto, de que o município da Capital e dos dois municípios do Estado, se não me engano, mais um, poderia ter este privilégio de receber algo pelo seu trabalho e pela sua dedicação. O Vereador, nestes 288 municípios do Paraná, é aquele que co-

nhece o problema do seu município, é aquele que se interessa, é aquele que viaja. Quando numa certa ocasião, em uma viagem que fizemos para assistir a posse do gel. Emílio Garrastazu Médici, e ali verificamos, com pesar, que só eram recebidos e convidados Deputados federais, Governadores e outras autoridades, quando nem convidados foram, Vice-Governadores e Deputados estaduais. Nós, em Comissão, fomos a Brasília e um Vereador da nossa Câmara, teve a feliz oportunidade de conseguir entrar, abraçar a S. Exa. o sr. Presidente da República, e conversar, pela primeira vez com o Ministro da Justiça. E se via, então, o carinho com que eles recebem um vereador, quando vai a Brasília tratar dos interesses, de suas rodovias, dos interesses de suas regiões, como são bem recebidos.

E não é possível então, que o vereador permaneça na sua condição, no esquecimento. Acredito que este requerimento apresentado pela liderança do Governo de nossa bancada veio em boa hora. E ninguém mais certo, do que o líder da Aliança Renovadora Nacional, com sua grande responsabilidade que tem nos interesses do Governo, para apresentar esse requerimento.

Acredito que este movimento começou na Assembléia Legislativa do Paraná e vai trazer assim uma oportunidade de todos os vereadores no interior, das pequenas comunas e das cidades médias também como Maringá, Paranavaí e Campo Mourão e todas cidades que não têm condições de 200 mil habitantes.

Além do mais, há de se convir que os dados do IBGE não condizem com a realidade, relativo à população, porque às vezes por 10 ou 15 mil habitantes, perde o município a sua condição de ter um vereador com subsídios. Acredito então que esta é uma injustiça social, contra a política também, para que traga ao vereador do nosso interior aquelas condições exatas de ser também o verdadeiro representante do seu povo. E tenha aquela condição, aquele respeito que o tribuno tem. Se o município gasta com Secretários, com Prefeitos, com Vice-Prefeitos, e demais autoridades, porque o vereador que vive com a cabeça cheia, lotada, de problemas do município não pode ter aquela condição, pelo menos de ter a retribuição daquilo que é justo. Um salário ínfimo que recebe o vereador e que não vai pesar nos cofres do município.

Se aquela atitude do Governo, foi para desmanchar escandalos que existiam em algumas Câmaras Municipais, acredito que esta parte poderá ser bem vigiada. Acredito que no Paraná isto não aconteceu. E por esta razão que nós hoje nos levantamos com este pedido da liderança, pois eu, apesar de receber a carta-apêlo da Prefeitura de Ponta Grossa, deixei que a liderança tomasse as providências. E hoje, na ausência do nosso líder e do deputado Lopes Júnior, queremos nos congratular com os mesmos, por esta feliz oportunidade, traduzindo os anseios de todo o interior do nosso Estado e do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento dos deputados João Mansur e Antônio Lopes Júnior. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, sexta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os: 302-68, 30-71;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.o 27-68 e de Lei n.o 116-70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 140-70, 268-70, 173-70;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 151-70, 101-71.

Levanta-se a sessão.